



## AS INTENCIONALIDADES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

SANTOS, Vinicius André da Silva<sup>1</sup>  
 SILVA, Matheus Vieira da<sup>2</sup>  
 SILVA, Givanildo da<sup>3</sup>

**Grupo de Trabalho (GT 3): Políticas Públicas e Gestão da Educação**

### RESUMO

O processo avaliativo apresenta resultados tanto sobre quem é avaliado como também sobre quem avalia. Até porque, toda avaliação é estruturada a partir dos objetivos e intencionalidades dos avaliadores, os quais definem as finalidades da avaliação. Por isso, o objetivo dessa pesquisa consiste em evidenciar as intencionalidades das políticas de avaliação externa no direcionamento das políticas educacionais, tendo como questão norteadora a seguinte inquietação: "nas políticas de avaliação externa, porque os avaliadores e seus métodos avaliativos também não são avaliados?". Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, realizada através de um estudo exploratório, que apresentou como resultado que as políticas de avaliações externas vertem-se suas considerações apenas a números e não contextos que os originaram, pois se assim fosse quem as articulam também seria avaliado.

**Palavras-chave:** Avaliações Externas. Políticas Avaliativas. Estado Avaliador. Cultura da Avaliação.

### INTRODUÇÃO

Por exercer influências sobre os modos de vida da sociedade (Afonso, 1999), o Estado configura-se como o ente político e administrativo responsável por, constitucionalmente, assegurar à população possibilidades de desenvolvimento para todos os que fazem parte do seu território, nas variadas áreas da sociedade, inclusive na educativa (Brasil, 1988).

A partir do momento que o Estado se exime dessa responsabilidade, atuando distintamente desta proposta, gera consequências contrárias aos que são regidos por ele (Afonso, 1999). Por isso, é o modo de agir do Estado, conforme as políticas que ele desenvolve para a sociedade, que transparece as suas performatividade e intencionalidades, inclusive nas políticas educacionais.

Quando o Estado promove um modelo de educação, por vias curriculares e avaliativas, que não considera os contextos e as realidades de quem está sendo avaliado, exime-se de suas responsabilidades com as comunidades em que as escolas estão inseridas (Afonso, 1999) e as transfere para aqueles deveriam ser subsidiados por ele, isto

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [vinicius.santos@cedu.ufal.br](mailto:vinicius.santos@cedu.ufal.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [matheus.vieira@cedu.ufal.br](mailto:matheus.vieira@cedu.ufal.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [givanildo.silva@cedu.ufal.br](mailto:givanildo.silva@cedu.ufal.br)





é, todos os que fazem parte da escola (Brasil, 1988). Assim, acaba passando de provedor para um Estado Avaliador (Afonso, 1999), a depender das intencionalidades daqueles que estão em sua administração.

## OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa consiste em evidenciar as intencionalidades das políticas de avaliação externa no direcionamento das políticas educacionais. Especificamente, objetiva-se destacar as influências sociopolíticas para as articulações das políticas educacionais; evidenciar os efeitos que as avaliações externas causam nas escolas públicas brasileiras e explicitar as intencionalidades dos que as articulam.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação é o processo formativo que contribui para a formação da identidade daqueles que passam por ele, orientando as suas atuações nas realidades em que estiverem inseridos e contribuindo, diretamente e indiretamente, para os relacionamentos com aqueles que fazem parte delas (Barroso, 2005). Contudo, as formas de atuação são permeadas conforme as concepções educativas pelas quais foram formados, reproduzindo na sociedade práticas alinhadas às bases formativas que receberam (Afonso, 2007).

Em meados da década de 1990, o Estado passou por reformas políticas e administrativas na sua maneira de conduzir a sociedade, as reformas do Estado. Com isso, passou a adotar uma nova performatividade administrativa (Barroso, 2005), inspirada em políticas neoliberais, que busca adaptar ao mercado tudo o que lhe é submetido (Afonso, 2007). Com efeito, todas as bases sociais regidas por ele, inclusive a educativa, também tiveram que ser reconfiguradas para alcançar o novo modelo de sociedade idealizado pelos reformadores.

Devido a esse contexto, torna-se notório que por intermédio das políticas educacionais, as escolas são conduzidas conforme as intenções daqueles que as articulam. Do mesmo modo, as atuações educativas desenvolvem-se conforme os anseios de quem as orientam. Por isso, para fiscalizar as repercussões das suas idealizações nas escolas





públicas brasileiras, o Estado utiliza-se de estratégias como as políticas de avaliações externas (Afonso, 2007), que são provas padronizadas conforme as intencionalidades dos avaliadores e aplicadas nacionalmente a todas as escolas (Barroso, 2005), construindo assim uma cultura avaliativa, ou seja, a cultura da avaliação externa, objeto de estudo deste trabalho.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos almejados neste trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, por meio de um estudo exploratório, que reúne as contribuições de outros pesquisadores para a construção da pesquisa (Minayo, 2001), analisando os elementos apresentados para a construção de novas contribuições para a temática, conforme as realidades da contemporaneidade (Minayo, 2001).

É por isso que a presente pesquisa foi construída sob uma abordagem qualitativa, que não se limita em analisar apenas a temática, mas também os históricos, contextos e fenômenos que a originou (Minayo, 2001). Situações que contribuíram para a estruturação do objeto de pesquisa diante dos moldes em que atualmente encontra-se configurado, os quais exercem contínua influência nos âmbitos em encontra-se inserido. Contexto este apresentado nos resultados a seguir.

## RESULTADOS

Os resultados da pesquisa destacaram que os resultados das avaliações externas são sistematizados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que ranqueia as escolas conforme os resultados das avaliações (Afonso, 2007). Ante os resultados, bonifica-se as escolas que alcançam os resultados esperados e penaliza-se as que não apresentam o mesmo desempenho (Sousa; Lopes, 2019).

Por temor as penalizações, as escolas buscam se adaptar aos indicadores de qualidade das políticas avaliativas, ainda que eles não contemplem as realidades das escolas. Assim, muda-se a função social da escola (Dias Sobrinho, 2004), que ao invés de





formar os estudantes para a atuação nas realidades em que estão inseridos, os forma para reproduzir as ideologias do Estado Avaliador (Barroso, 2005).

Através de estratégias como o currículo padronizado, o Estado repercute nas escolas as suas intencionalidades (Sordi, 2017), visto que o currículo é o acervo de conteúdos, saberes e culturas pelas quais os estudantes são formados. Logo, atuarão na sociedade conforme as bases educativas que formaram as suas identidades. E para fiscalizar essa realização, o Estado utiliza-se das avaliações externas (Sousa; Lopes, 2019), que mede nacionalmente o nível de adaptação dessas escolas a essas realidades.

Por isso, os resultados da pesquisa apresentam que as políticas de avaliações externas não atuam de maneira neutra (Afonso, 2007), analisando as necessidades das escolas, mas de maneira intencionada, fiscalizando as suas atuações. Algo que explica o porquê da centralidade dessas políticas no funcionamento das escolas, uma vez que tanto as escolas públicas quanto as políticas avaliativas são geridas pelo próprio Estado Avaliador (Sousa; Lopes, 2019).

Através dessa cultura avaliativa, torna-se notória a intencionalidade do Estado em formar um modelo de sociedade segundo as suas concepções (Sordi, 2017), mesmo que seja necessário penalizar aqueles que não estejam contribuindo para a concretude deste plano (Sousa; Lopes, 2019). Assim, transfere para outrem as suas responsabilidades, sobretudo no que concerne à qualidade da educação, visto que o conceito de qualidade da educação é polissêmico, isto é, relativamente conforme as idealizações de quem o reconhece (Afonso, 2007). No caso do Estado Avaliador, embasado nas políticas neoliberais, quanto mais semelhante ao mercado mais qualitativo torna-se (Sordi, 2017).

Nesse cenário, ao invés de construir políticas, inclusive educativas, que promovam assegure progresso para o bem comum da sociedade, passa a responsabilizar ao máximo à população por não se adequar as suas exigências quando, em muitos cenários, não provê o mínimo possível para o seu desenvolvimento. Sob essa ótica, Afonso (1999, p. 142-143) apresenta que “a primeira estratégia exige convencer os cidadãos a reduzir ou, pelo menos, não aumentar os seus direitos”.

Nessa esquematização, o propósito do Ideb apresenta-se como a apresentação pública dos resultados avaliativos para que as escolas ranqueadas se apresentem como as responsáveis por ele, situação que transfere aos profissionais da educação as



responsabilidades do próprio Estado Avaliador (Dias Sobrinho, 2004). Até porque, nas avaliações externas, apenas os resultados das provas são avaliados. Portanto, essa configuração facilita a transferência das responsabilidades exclusivamente sobre aqueles que fazem as provas.

Além disso, nas avaliações externas não são avaliados os contextos e as realidades que interferem para a construção de uma educação democraticamente de qualidade (Sousa; Lopes, 2019). Até porque os contextos e as realidades das comunidades em que as escolas estão inseridas contribuem para a construção de resultados. Situações essas que cabe as (im)competências do Estado Avaliador a garantia de subsídios para transformá-las (Barroso, 2005), sobretudo as que são permeadas por cenários de desigualdades. Deste modo, o Estado Avaliador acaba não sendo avaliado.

Nessa sistematização, os resultados da pesquisa apresentaram que o Estado Avaliador realiza investimentos mínimos nas bases sociais (Sordi, 2017), inclusive na educativa, apesar de cobrar ao máximo resultados (Afonso, 1999), ainda que estas bases não estejam ancoradas em condições possíveis para a promoção de progresso e desenvolvimento de quem depende delas.

Sendo assim, eximindo-se da culpa por não subsidia-las, atribui publicamente as responsabilidades àqueles que fazem parte dessas bases (Afonso, 2007). Assim, deixa transparecer que as suas intencionalidades consistem em se manter no poder por meio da manipulação social e do controle das bases que compõe a sociedade (Barroso, 2005), as moldando às idealizações dos grupos políticos que o administra.

Por isso, as pesquisas apresentam que, nesta configuração, a ausência de um modelo de educação que propicie reflexões críticas sobre esse contexto contribui para que os grupos políticos que articulam as políticas educacionais, da maneira em que estão configuradas, permaneçam no poder. Afinal, não se pode combater aquilo que não se conhece. Por isso, torna-se motivo de penalização quaisquer desvios a esse projeto. E é através das fiscalizações viabilizadas pelas políticas de avaliação externa que se instaura essa cultura.

Conforme Dias Sobrinho (2004, p. 706), “atualmente são os Estados os principais interessados e aplicadores da avaliação, especialmente na perspectiva das reformas, do controle e da regulação”. É por isso que gradualmente a cultura da avaliação externa se





inseriu no cenário educativo brasileiro, apresentando influências nas políticas educacionais, conforme as intencionalidades dos seus articuladores (Sordi, 2017).

Essa situação reconfigura toda a estruturação escolar (Dias Sobrinho, 2004), que para prestarem contas ao Estado Avaliador, rearticula os seus planejamentos e atividades mesmo que implique em desconsiderar as realidades dos estudantes, visto que nas avaliações externas esses contextos, que influenciam nos resultados, não são considerados (Sousa; Lopes, 2019).

Exercendo influências nas políticas formativas e avaliativas, o Estado Avaliador, também influencia aqueles que estão sendo formados e avaliados. Com as intervenções nas políticas curriculares e avaliativas, o Estado Avaliador define as competências e habilidades consideradas como necessárias, sobretudo para os grupos políticos que as articularam, para o desenvolvimento da sociedade. Situação que evidencia que o processo formativo e avaliativo apresenta resultados tanto sobre quem é avaliado como também sobre quem avalia. Até porque, toda avaliação é estruturada a partir dos objetivos e intencionalidades dos avaliadores, os quais definem as finalidades da avaliação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das maneiras em que se apresentam configuradas as políticas de avaliação externa, percebe-se que ao invés de atuarem como uma via auxiliadora às escolas, acaba se tornando uma vertente penalizadora. Por temor as penalizações, é construído um modelo educativo para corresponder aos indicadores de qualidade das avaliações, mesmo que não esteja alinhado com as realidades das comunidades em que as escolas estão inseridas.

À vista disso, percebe-se que os efeitos que as avaliações externas causam nas escolas públicas brasileiras estão associadas aos anseios daqueles que formulam as suas políticas. Nessa formatação, torna-se perceptível um modelo de Estado que ao invés de se tornar provedor, acaba se tornando um Estado Avaliador.

Em virtude dos elementos apresentados, nota-se que as atuações educacionais são provenientes das influências políticas que elas recebem. Logo, exercendo controle sobre as bases educativas, que forma intelectualmente, politicamente e socialmente os sujeitos que constituirão as demais bases da sociedade, têm-se também o domínio sobre a





sociedade. É por isso que as propostas curriculares e avaliativas impostas por aqueles que regem as esferas educacionais, transparece as suas intencionalidades. Com isso, nota-se que, muitas vezes, as avaliações revelam mais sobre o avaliador do que sobre quem está sendo avaliado.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 139-164, dez. 1999.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, Itajaí, vol. 7, n.1, p. 11-22, jan./abr. 2007.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 725-751, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 de jul. 2025.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n.88, p. 703-725, Especial – Out. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, Sandra Zábia; LOPES, Valéria Virgínia. Avaliação em larga escala da educação básica. In: SOUSA, Sandra Zábia; LOPES, Valéria Virgínia (Orgs.). **Avaliação Educacional: de aprendizagem, institucional, em larga escala**. São Paulo: Contexto, 2024. p. 65-87.

SORDI, Mara Regina Lemes de. A qualidade social da escola pública em confronto com a lógica dos reformadores empresariais. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz. (Orgs.). **Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.